

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.755.794 - SP (2020/0231156-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : TRANSIT DO BRASIL S/A**  
**ADVOGADO : MARIA APARECIDA CAPUTO - SP105973**  
**AGRAVADO : RIBEIRO & SANTOS ROBOTICA LTDA**  
**AGRAVADO : INSTITUTO DE IDIOMAS UIRAPURU LTDA**  
**ADVOGADOS : ROMANA CRACCO PRADO - SP357449**  
**CARLOS TADEU DO COUTO VALENTE JUNIOR -**  
**SP366821**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por TRANSIT DO BRASIL S/A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

ACÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZATÓRIA. Serviços de telefonia e internet. Sentença de parcial procedência, declarando a inexigibilidade da cláusula 6.b do contrato de fls.164/169 e condenando a requerida ao pagamento da quantia de R\$20.000,00, a título de indenização por danos morais. Irresignação da parte ré. Cabimento em parte. JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. Viabilidade, em tese, de concessão da gratuidade às pessoas jurídicas, desde que comprovada a impossibilidade de arcar com as custas processuais. Aplicação da Súmula 481 do STJ. Documentação nos autos demonstrando a constrição de seu patrimônio e balancetes com prejuízos consideráveis. Gratuidade concedida. Multa contratual prevista para o caso de cancelamento antecipado do contrato. Cláusula de fidelidade permitida, desde que se converta em benefícios ao consumidor. Ausência de previsão de descontos ou outras vantagens. Inexigibilidade corretamente declarada. Negativação do nome da empresa autora decorrente da imposição da multa declarada inexigível. Possibilidade de a pessoa jurídica sofrer dano moral. Súmula 227 do STJ. Dano 'in re ipsa'. 'Quantum' indenizatório reduzido para R\$10.000,00, atendidos os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Inaplicável o disposto no artigo 85, §11, do CPC ante o provimento parcial do recurso. Sentença parcialmente reformada. Recurso provido em parte. (fl. 587)

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022 do CPC, no que concerne à omissão

do aresto de origem.

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, aduz pela incidência da multa por rescisão antecipada prevista contratualmente.

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 188 do CC, no que concerne à configuração dos danos morais, com os seguintes argumentos:

Como bem esclarecido nos autos, resta patente a verdadeira intenção da empresa recorrida para com o instituto: LUCRAR, conforme será exposto e comprovado abaixo.

Quanto aos danos morais propriamente ditos, como demonstrado, no houve a configuração dos mesmos, uma vez que em nenhum momento houve ato ilícito da Empresa nos termos do artigo 186 do Código Civil, pois não foi encontrada nenhuma irregularidade na cobrança.

O pleito da recorrida nesse sentido representa claramente um enriquecimento sem causa.

[...]

O pleito de danos morais na presente não passa de uma série de alegações genéricas citadas pela recorrida, sem qualquer imputação ou individualização específica, revelando mais uma ação da já conhecida indústria dos danos morais que vem dando espaço a todo tipo de abuso, tornando-se verdadeiro "meio de vida", objeto de lucro fácil, do ganho sem esforço, enfim, do oportunismo desmedido que praticamente todo e qualquer ato é fruto de pleitos de danos morais, desde os mais simples e corriqueiros, até os mais graves.

Tal conduta, como não poderia deixar de ser, implica em evidente desprestígio do instituto e, graças a um correto posicionamento de nossos Magistrados, vem sendo restringida com veemência.

[...]

É certo que se presume a dor daquele que perde o filho, sempre, porém, admitindo prova em contrário, assim como não é difícil imaginar o sofrimento de quem tem um parente tornado paraplégico em razão de acidente. Entretanto, muita criatividade é exigida, daí a necessidade de prova, para compreender o dano suportado pelo autor.

[...]

Na espécie, não existiu situação de comprometimento à imagem da apelante, nem disso cogitou a petição inicial.

Sendo assim, restou claro que não houve danos morais, porque cobrar pela prestação de um serviço contratado, como é o caso em questão, não configura dano, mormente quando o motivo por

todos os fatos apontados, foi de culpa exclusiva da recorrida.

[...]

Além disso, a recorrida deixou de comprovar ter sido submetida a qualquer situação realmente danosa, sendo que meros dissabores e contratempos não são suficientes para ensejar o dever de indenizar. (fls. 621-625)

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em relação à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Nesse sentido: “É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem especificar quais foram os incisos violados. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF”. (AgInt no AREsp n. 1.530.183/RS, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019.)

Em relação à segunda controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Em relação à terceira controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Isto posto, restou demonstrado que a negativação do nome da autora (fls.102/103) relaciona-se a dívida inexigível, o que acarreta dano de natureza 'in re ipsa', posto que gera, ou carrega potencialidade de gerar, inúmeras consequências nas relações jurídicas próprias da vida em sociedade.

[...]

Inquestionável, ademais, a possibilidade de a pessoa jurídica sofrer dano moral, entendimento pacificado no âmbito do E. Superior Tribunal de Justiça por meio da Súmula nº 227: “A pessoa jurídica pode sofrer dano moral”.

[...]

Em se tratando de pessoa jurídica, tem-se que o dano moral que se lhe poderia infligir seria a repercussão negativa sobre sua imagem em resumo: o abalo de seu bom nome, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 752.672; Proc. 2005/0083652-0; RS; Terceira Turma; Rel. Min. Humberto Gomes de Barros; Julg. 16/10/2007; DJU 29/10/2007; Pág. 219).

[...]

Inequívoco, pois, o dano moral sofrido pela parte autora apelante. (fls. 596-597)

Assim, portanto, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.365.794/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe de 9/12/2013; AgInt no AREsp 1.534.079/ES, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt nos EDcl no AREsp 1.341.969/DF, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.658/PB, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 18/8/2020; e AgInt no AREsp 1.528.011/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 1º/7/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente